

O ECONOMISTA, O HISTORIADOR E O MÉTODO COMPARATIVO: NOTAS PARA UMA ANÁLISE EM PERSPECTIVA DA HISTÓRIA ECONÔMICA EM CELSO FURTADO E CIRO FLAMARION CARDOSO¹

*Elio Chaves Flores*²

Para tal rumo [um estudo situado na junção do social, do político e do econômico], o único método era a observação, repetida até cansar os olhos, o apelo às diversas ciências do homem, mais ainda a comparação sistemática, a aproximação das experiências da mesma natureza sem temer demasiado, por meio de sistemas que não mudam muito, que o anacronismo nos pregasse peças quando das necessárias confrontações. É o método comparativo que Marc Bloch mais recomendava e que pratiquei segundo uma perspectiva da longa duração. Na fase atual dos nossos conhecimentos, muitos dados comparáveis nos são oferecidos através do tempo e através do espaço, a ponto de termos a impressão de proceder não a simples experiências comparadas, nascidas ao sabor do acaso, mas quase a experimentações.³

Fernand Braudel,

Civilização Material, Economia e Capitalismo, prefácio.

Esse ensaio historiográfico nasceu da leitura de um clássico recente de “economia política”, escrito por um “sociólogo comparatista”, que se voltou para o Oriente para analisar a crescente perda da hegemonia econômica dos Estados Unidos no século que se inicia. Giovanni Arrighi, em *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI* (2007), expõe a “recente descoberta da importância da teoria do desenvolvimento econômico de Adam Smith” que tanto fascina economistas e historiadores (marxistas e liberais). Entretanto, o que me chamou a atenção nesse livro simplesmente fascinante foi a sua abordagem comparativa numa época de localismos historiográficos. Fiquemos com a pena do cientista social italiano:

Em seguida, reconstruo a teoria de Smith e comparo-a às teorias de desenvolvimento econômico de Marx e Schumpeter. Na primeira parte, minhas teses principais são, em primeiro lugar, que Smith não era nem defensor nem teórico do desenvolvimento capitalista e, em segundo

¹ Agradeço aos pareceristas da revista *Saeculum* que, com críticas e sugestões, ajudaram a tornar o presente ensaio mais qualificado. Também se afirma como evidente que a persistência de algum equívoco é debitada na conta do autor.

² Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor Associado do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista CNPq. E-Mail: <elioflores@terra.com.br>.

³ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII*. Vol. II: os jogos das trocas. Tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

*lugar, que sua teoria dos mercados como instrumentos de domínio é particularmente relevante para a compreensão das economias de mercado não-capitalistas, como era a China antes de sua incorporação secundária no sistema europeu de Estados globalizante e como poderá voltar a ser no século XXI sob condições históricas nacionais e mundiais totalmente distintas.*⁴

Assim argumentado, Giovanni Arrighi elabora a primeira parte da obra com o título “Adam Smith e a nova época asiática” dividindo-a em três tópicos comparatistas. Na primeira, “Marx em Detroit, Smith em Pequim” são contrastados “desentendimentos teóricos e práticos” sobre teorias do desenvolvimento; na tópica segunda, “A sociologia histórica de Adam Smith”, ele enceta atenção especial na teorização do “mercado como instrumento de governo”; e, na terceira, “Marx, Schumpeter e a acumulação ‘interminável’ de capital e poder”, o autor reconstrói os paradigmas econômicos das “crises capitalistas e destruição criativa”⁵. Não se trata aqui de ultrapassar as abordagens teóricas e metodológicas de Giovanni Arrighi, mas de enfatizar que, quem andava estudando o método comparativo como forma de melhor se colocar diante da “tradição eurocêntrica” e pesquisar as ideias de intelectuais africanos e afro-brasileiros, essa inspiração comparatista se constituiu em transpiração pelas escolhas de autores nacionais que pudessem fundamentar a referida pesquisa. Fomos aos poucos “descobrimo” um economista e um historiador brasileiros que adotaram o método comparativo nas suas abordagens de história econômica e social, cujos temas também nos interessam muito de perto: colonização, capitalismo e racismo. Assim chegamos às categorias comparatistas de Celso Furtado e Ciro Flamarion Cardoso, “cunhas capitalistas” e “brechas camponesas”, não necessariamente nomeadas pelos autores, mas desenvolvidas nas análises em perspectiva⁶.

Colocar em perspectiva as reflexões metodológicas de um economista e de um historiador pode ser um bom exercício a se começar por alguns traços biográficos de recorte intelectual no contexto 1948-1991, temporalidade de ascensão e

⁴ ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, p. 24.

⁵ ARRIGHI, *Adam Smith em Pequim...*, p. 27-106. Na apresentação que faz da obra de Giovanni Arrighi para a edição brasileira, o economista Theotonio dos Santos alertou os leitores para a precária globalização das leituras intelectuais do autor, depois de elogiar o “notável êxito literário de Giovanni Arrighi” e sua argumentação pausada e documentada: “contudo, é necessário assinalar que um livro voltado fortemente para a crítica do eurocentrismo nos dê um exemplo desse tipo de desvio [debate centrado “quase exclusivamente na esquerda norte-americana”]. Onde estão os autores do Terceiro Mundo que tanto aportaram e aportam à discussão dessa temática? Isso é mais grave ainda quando Arrighi tem convivido conosco, latino-americanos, africanos, árabes, indianos, japoneses, chineses etc., em vários congressos, cursos, seminários e outras oportunidades mais constantes e pessoais”. SANTOS, Theotonio dos. “Apresentação: No rastro de Giovanni Arrighi”. In: ARRIGHI, *Adam Smith em Pequim...*, p. 09-12. Minhas escolhas por Celso Furtado e Ciro Flamarion Cardoso se pautaram por essa “falha arrighiana”.

⁶ Esse ensaio é, também, uma homenagem do autor a esses três grandes pensadores do século XX que, com suas obras, ajudam nossa geração a pensar a História Econômica, e que se transmutaram para o “espírito do mundo” nesse nosso século: Celso Furtado (20 de novembro de 2004), Giovanni Arrighi (19 de junho de 2009) e Ciro Flamarion Cardoso (29 de junho de 2013).

declínio da história econômica⁷. Celso Furtado (1920-2004) e Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013) nasceram em cidades e se deslocaram por regiões que, a rigor, se diferenciavam no contexto de uma “economia de transição para um sistema industrial”⁸. Na década de 1920, a cidade de Pombal, encravada no sertão da Paraíba e do Nordeste, era conhecida pela Festa do Rosário e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, lugar de culto de boa parte da população negra que habitava os sítios e áreas rurais às margens do rio Piancó. Na década de 1940, a cidade de Goiânia, ainda era um canteiro de obras, em que pese os políticos da “marcha para Oeste” já tivessem inaugurado a nova capital de Goiás algumas vezes desde 1933. Celso Furtado e Ciro Flamarion Cardoso logo deixaram, com suas famílias, as suas cidades de origem e rumaram para esses litorais cheios de “regimes de historicidade”, “formações discursivas” e “cunhas capitalistas”. Celso Furtado estudou em João Pessoa, Recife e, no Rio de Janeiro, então capital da República, se formou em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade do Brasil, em 1944. Ciro Flamarion Cardoso se deslocou entre o Rio de Janeiro, São Paulo, Niterói e Nova Friburgo e, duas décadas depois de Celso Furtado, se formaria em História na mesma Universidade do Brasil, em 1965, ano em que a instituição, sob intervenção da ditadura, passaria a se denominar Universidade Federal do Rio de Janeiro. As similaridades intelectuais entre Celso Furtado e Ciro Flamarion Cardoso teriam, pelo menos, mais uma comunidade de destino, pois os dois realizariam estudos doutorais na França, em Paris, cruzando-se, senão em amizade e contato, mas nos temas e nos métodos da história econômica, aquela que desde Henri Pirenne já se poderia chamar de História Econômica e Social e, experimentalmente, como afirmou Fernand Braudel, comparativa⁹.

⁷ Esse balizamento temporal pode ser pensado em termos de “ordem global” de início e final da Guerra Fria (economias capitalistas e socialistas) cujo evento espetacular foi a derrocada da União Soviética em 1991. Em termos de história econômica e social destacam-se a tese de Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, defendida em 1947 e publicada em 1949 e, para o que aqui interessa, a tese de Celso Furtado, *Economia colonial no Brasil*, defendida em 1948. Na outra ponta, em termos historiográficos, Ciro Flamarion Cardoso polemiza com a “história nova” em seu livro, *Ensaio racionalistas* (1988) e, o ano de 1991, é abordado por Eric Hobsbawm como o “último ano” do curto século XX no seu *A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*, publicado em 1994.

⁸ Título da quinta parte da principal obra de FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 21. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986 [1959], p. 177-242.

⁹ As fontes para os perfis intelectuais de Celso Furtado e Ciro Flamarion Cardoso são variadas e múltiplas, mais generosas para o primeiro, desde a sua trilogia de memórias – *A Fantasia Organizada* (1985), *A Fantasia Desfeita* (1989) e *Ares do Mundo* (1991) –, e mais escassas para o segundo que, por temperamento, parecia rejeitar o biografismo. Entretanto, muito úteis para o que aqui tracei foram: “Entrevista com Celso Monteiro Furtado”. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L. & REGO, José Marcio (orgs.). *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 61-87; há também o portal do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, presidido por Rosa Freire d’Aguiar Furtado, com cronologia, obra, textos, fortuna crítica e biblioteca. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br>>. Acessos em: 15 dez. 2012; 20 jun. 2013. “Entrevista com Ciro Flamarion Cardoso”. In: MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Marcio (orgs.). *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 211-238; KONDER, Leandro. “Ciro Flamarion S. Cardoso (N. em 1942)”. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 88, 2008, p. 01-03. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/>>. Acesso em: 27 jun. 2013.

Essas frágeis referências biográficas não devem ser o ponto de partida e, por isso, é útil observar uma aproximação intelectual pertinente entre Celso Furtado e Ciro Flamarion Cardoso: os estudos sobre a economia colonial brasileira e, mais especificamente, os elementos comparativos em relação às sociedades caribenhas. Celso Furtado buscou o viés comparativo com as Antilhas francesas (o caso da Martinica) e Ciro Flamarion Cardoso discorreu sobre a história econômica da Guiana francesa. Também são frequentes as observações contrastivas em relação ao Sul dos Estados Unidos, tidas e havidas como “senso comum” nos meios intelectuais da época¹⁰. Por isso, embora aqui se utilize vários escritos do economista e do historiador, a escolha para o face a face metodológico (unidades comparáveis) recaiu sobre as obras *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII* (1948) e *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas* (1984).

Ciro Flamarion Cardoso, o primeiro historiador a produzir reflexão sobre o método comparativo na historiografia brasileira tinha ciência, no início da década de 1970, de duas dimensões epistemológicas. “A polêmica entre os defensores e os detratores da comparação na história pode ser tida como a manifestação, no campo da disciplina, da oposição entre duas atitudes científicas, ambas possivelmente necessárias”, dizia Ciro Flamarion. Em seguida, o autor especificava que “por um lado a busca de precisão, do exato, do certo, o que leva a destacar o caráter individual e único de cada objeto observado” pelo historiador; por outro lado, “a corrida criadora para as verdadeiras descobertas, que exige o apelo à comparação e à abstração”¹¹.

Não há dúvida que, no campo da historiografia do século XX, a obra comparatista marcante foi *Os Reis Taumaturgos* (1924), de Marc Bloch, que não deixou de ser influenciada pela Sociologia durkheiminiana¹². O subtítulo na língua original parece

¹⁰ Não foi exatamente a “economia colonial” que foi colocada em perspectiva, por alguns historiadores, mas o “sentido da escravidão”, especialmente entre a “América inglesa” e a “América latina”. Pelo menos quatro obras são indicativas disso: *Slave and citizen: the negro in the Americas* (1947), de Frank Tannenbaum; *Slavery: a problem in American institutional and intellectual life* (1959), de Stanley M. Elkins; *Slavery in the Americas: a comparative study of Cuba and Virginia* (1967), de Herbert S. Klein; e *Neither black nor white: slavery and race relations in Brazil and the United States* (1971), de Carl N. Degler. Ciro Flamarion Cardoso estava atento a esse problema quando apresentou comunicação no III Seminário Latino-Americano (Genebra, 1971), com o sugestivo título, “Fundamentos históricos do problema do negro no continente americano. Problemas metodológicos do estudo comparativo”. A mesma preocupação aparece no capítulo III de sua tese de doutorado, publicado em português: CARDOSO, Ciro Flamarion, “O modo de produção escravista na América [1971]”. In: SANTIAGO, Théó Araújo (org.). *América colonial: ensaios*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975, p. 89-143. Outra crítica procedente é a de DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 [1967] [parte II, capítulo 8, A contradição contínua da escravidão: uma comparação entre a América inglesa e a América latina], p. 255-295.

¹¹ CARDOSO, Ciro Flamarion & BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da História Demográfica, Econômica e Social*. São Paulo: Edições Graal, 1979 [1976], p. 410. A expressão em itálico deve pertencer ao historiador Witold Kula, citado através da edição espanhola de *Problemas y métodos de la historia económica* (Barcelona: Ediciones Península, 1973, p. 571). O historiador polonês é, também, autor de *Teoria econômica do sistema feudal* (Varsóvia, 1962; tradução portuguesa 1979).

¹² Émile Durkheim faz a defesa do método comparativo no seu clássico *As regras do método sociológico* (1895). Na obra referencial, Durkheim emplaca um capítulo sobre a elucidação das

ser uma boa pista, “estudo sobre o caráter sobrenatural atribuído ao poder régio, particularmente na França e na Inglaterra”. A obra apresenta três partes que se complementam na abordagem: a primeira, “As origens”, em dois capítulos, tenta encontrar “os primórdios do toque das escrófulas” – os primórdios do rito francês e os primórdios do rito inglês – sendo finalizada com a política dinástica e os dois primeiros soberanos – o francês e o inglês – capazes de “curar doentes”; a segunda, “Grandeza e vicissitudes das realezas taumatúrgicas”, começa descrevendo a popularidade do ato curativo régio até o final do século XV na “França capetíngia e na Inglaterra normanda” e se fecha, depois de seis capítulos, com o declínio e morte do milagre régio, “primeiro na Inglaterra, depois na França”; a terceira parte, “A interpretação crítica do milagre régio”, num único capítulo, conclui que “as representações coletivas e ambições individuais” dos reis e dos povos, como fatos empíricos, constituíram-se, na verdade, pela “força das ilusões coletivas”¹³. Mesmo depois dessa grande obra comparatista, Marc Bloch não cessou de considerar e aplicar o método comparativo aos seus trabalhos, embora, como se sabe, a primeira geração dos *Annales* fosse reticente às abstrações teóricas¹⁴.

No Brasil, embora a obra inaugural de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1936), tenha sido considerada por Antonio Candido, trinta anos depois, como construída “sobre uma admirável metodologia dos contrários”, ela não se

regras a partir da pergunta “Que é fato social?” A regra fundamental, relativa “à observação dos fatos sociais”, exige que se tratem “os fatos sociais como coisas”. Depois se sucedem mais quatro conjuntos de regras: as relativas “à distinção entre o normal e o patológico”; “à constituição dos tipos sociais”; “à explicação dos fatos sociais”; e, por último, “à administração da prova”. Durkheim advoga, nas suas regras, a utilidade teórica das distinções, analogias, agrupamento de fatos, as causalidades variadas, as associações morfológicas, etc. Mas será no último capítulo (VI), em três pequenas partes, que o método comparativo aparece como o método da “administração da prova em sociologia” e que será nomeado como “o método das variações concomitantes”. DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974 [1895], p. 109-122.

¹³ BLOCH, Marc. *Os reis taumatúrgicos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [1924]. Nos dois prefácios de Marc Bloch, datados de outubro e dezembro de 1923, não há menção ao método comparativo, apenas uma referência à “etnografia comparada” no agradecimento ao irmão médico que o teria ajudado a entender os grandes problemas da “psicologia religiosa”. Na pequena introdução à tese, Marc Bloch não se mostra um comparatista entusiasmado, à moda durkheiminiana, mas escreve uma frase sintomática: “Um livro deve conter em si mesmo sua apologia”. Mais adiante, Bloch afirma que não se propõe a examinar a causa primeira que concebeu a realeza mística e retoma a expressão dita no prefácio: “Suas origens [realeza mística] escapam ao historiador da Europa medieval e moderna; na verdade, simplesmente escapam à história; só a *etnografia comparada* parece capaz de projetar alguma luz sobre elas”. BLOCH, *Os reis taumatúrgicos...*, p. 43-44.

¹⁴ No ano de 1928, Bloch publicaria, na importante *Revue de Synthèse Historique*, o artigo “Pour une histoire comparée des sociétés européennes”. Seus comentadores críticos viram nesse ensaio um verdadeiro “programa de história comparada”, mas com a cautela de apenas “comparar aquilo que é comparável”, uma medida para se afastar dos sociólogos (durkheiminianos), já que a sociologia havia se estabelecido como “a ciência da comparação”. Com que atraso os inovadores *annalistes* chegaram a essa verdade inconsútil pela frase de Bloch: “O futuro, talvez, de nossa ciência custará esse preço”. BLOCH, Marc. “Por uma história comparada das sociedades europeias”. In: BLOCH, Éttiene (reunião e prefácio). *História e historiadores*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998 [1995], p. 119-157. Mais tarde, numa obra de especialista, *A sociedade feudal* (1939-1940), ele escreveria na última parte (Livro Terceiro) o capítulo denominado “A feudalidade como tipo social e a sua ação”, onde compara Europa e Japão, que, em sua visão, haviam desenvolvido “feudalidades similares”.

consubstancia como um “clássico” do comparatismo. Em se tratando de “economia social da escravidão” Sérgio Buarque de Holanda, no segundo capítulo, “Trabalho & Aventura”, contrapõe a “carência de orgulho racial” do colonizador com a “moral das senzalas e sua influência” e contribui para configurar uma mitografia racial de singular impacto na nossa mentalidade acadêmica e social. De um lado, segundo o autor de *Raízes do Brasil*, a “extraordinária plasticidade social”, uma nação de “estirpe latina” e um “povo de mestiços” desde, pelo menos, 1500; de outro lado, a “sinuosa violência”, sem “virtudes sociais” e, por isso mesmo, “narcotizante de qualquer energia realmente produtiva”, classificada, ainda segundo o autor, de “a moral das senzalas”. Não falta arremate a esses contrários: “Uma suavidade dengosa e açucarada invade, desde cedo, todas as esferas da vida colonial”¹⁵. Estamos no ano historiográfico de 1936. Ocorre que Sérgio Buarque de Holanda não cita os historiadores comparatistas Marc Bloch e Henri Pirenne nem Émile Durkheim, o instigador do “método das variações concomitantes”. Não resta dúvida que Max Weber e a “sociologia da cultura” surgem em diálogos frequentes em relação às “éticas opostas”¹⁶. Não se trata, ainda, de história comparada, mas de um “viés comparatista” comum à tradição marxista e à sociologia weberiana, ambas com dimensões contrastivas, mas não metodologicamente comparatistas¹⁷.

Estudos comparados em história econômica podem ser considerados a tese de cátedra de Alice Canabrava, *A Indústria do Açúcar nas Ilhas Inglesas e Francesas no Mar das Antilhas (1697-1755)*, apresentada para concorrer à cátedra de História da América, na Universidade de São Paulo, em 1946, e a tese de doutorado de Celso Furtado, *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*, defendida na Sorbonne, em 1948. Apesar de obras anteriores, “nascidas clássicas”, como a de Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil (1937)* e a de Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo (1942)*, Alice Canabrava e Celso Furtado teriam sido os primeiros autores comparatistas em história econômica do Brasil. Com efeito, são quatro autores que, numa década, tomaram para si o “desenvolvimento inicial da nossa historiografia econômica”¹⁸.

Segundo Roberto Pereira da Silva, em pesquisa recente, o “jovem Celso

¹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Edição Comemorativa de 70 Anos. Organização de Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 31-66.

¹⁶ O prefácio de Antonio Candido está publicado, juntamente com a significativa “fortuna crítica” de *Raízes do Brasil*, entre 1948 e 2006, na edição comemorativa de 70 anos, acima referida. CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil* [1967]”. In: HOLANDA, *Raízes do Brasil*, p. 235-250.

¹⁷ Para discussões que aqui não podem ser aprofundadas, ver GERTZ, René E. (org.). *Max Weber & Karl Marx*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994; SCHNEIDER, Sergio & SCHIMITT, Cláudia Job. “O uso do método comparativo nas Ciências Sociais”. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, vol. 9, 1998, p. 49-87; PURDY, Sean. “A História Comparada e o desafio da transnacionalidade”. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 1, 2012, p. 64-84.

¹⁸ A tese de Alice Canabrava seria publicada apenas na década de 1980, com o título *O açúcar nas Antilhas* (São Paulo: IPE/USP, 1981). A tese de Celso Furtado somente seria traduzida e publicada no Brasil, no ano de 2001, com o apoio editorial da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). Ver o excelente artigo de SZMRECSÁNYI, Tamás. “Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil”. *Nova Economia*, Belo Horizonte, vol. 14, n. 1, 2004, p. 11-37.

Furtado” teria tentado abordar, à moda da história social e econômica francesa – Henri Pirenne, Henri Sée, Marc Bloch – semelhanças entre os fatos observados, “a colonização nos trópicos”, e certos contrastes entre “os meios onde tiveram lugar”, no caso as Antilhas francesas e a América portuguesa. O autor explica a abordagem comparativa de Celso Furtado uma vez que ele “identifica essa causa como sendo a necessária ligação entre colonização nos trópicos e grande propriedade escravista, ou seja, expansão do capitalismo comercial”. Parece um fato, “incomparável”, que Portugal tenha sido pioneiro na “primeira experiência de fixação do homem europeu nos trópicos”. Segundo o autor, entre “as circunstâncias que ocasionaram esse sucesso está o transporte da *mão-de-obra africana escravizada*, o aproveitamento da mulher indígena e os técnicos europeus empregados no fabrico do açúcar”. Com argumentos pertinentes e inovadores, Roberto Pereira da Silva entende que Celso Furtado consegue, através do método comparativo, construir uma abordagem comparatista da formação do capitalismo nos trópicos, até então inédita na história econômica do Brasil: “É essa mesma causa que explica as transformações por que passaram as Antilhas francesas. Ou seja, o mesmo processo histórico influencia as duas sociedades, ligando-as a uma mesma ‘origem comum’: os interesses comerciais capitalistas”. Ainda segundo o autor, seriam “esses interesses que normalizam as experiências de colonização tropical”, situando Brasil e Antilhas “no quadro da expansão comercial europeia”. Assim, com o método contrastivo aplicado por Celso Furtado, “a análise da formação da sociedade colonial é ampliada, perde exclusivismo e ganha em perspectiva explicativa, quando colocada em comparação com as Antilhas”¹⁹.

Na perspectiva de Celso Furtado, em *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*, a história econômica brasileira ainda estava em “sua fase de coleta de documentos e tentativas de sínteses fragmentárias”. Isso ele afirma ao comentar o “estado da arte” da história econômica na primeira metade do século XX e explicitar as fontes e documentos “da primeira sociedade colonial e de seus fundamentos econômicos”. As duas primeiras partes da tese, “Antecedentes portugueses da colonização do Brasil” e “A formação da colônia” mostram o jovem economista mergulhado na temporalidade histórica (nos séculos XVI e XVII). A formação da “burguesia comercial marítima portuguesa”, os eventos que a levaram ao desafio atlântico e à colonização do Brasil foram sendo analisados na “tentativa de aproximação de todos esses movimentos históricos”. Não por acaso, o subtítulo da tese procura dar conta desse experimento narrativo, “elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais”. Na terceira parte, “Atavismos coloniais do Brasil atual”, Celso Furtado pretendeu captar o sentido geral da economia colonial, as persistências monocultoras e os atrasos técnicos politicamente orientados pelo domínio patriarcal. Ao apresentar a terceira parte, Celso Furtado se refere a Henri Pirenne, o historiador belga que,

¹⁹ SILVA, Roberto Pereira da. *O jovem Celso Furtado: história, política e economia (1941-1948)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010, p. 147. Sobre o diálogo e/ ou influências de Celso Furtado com a História Social e Econômica francesa, pelo menos com os comparatistas Henri Pirenne, Henri Sée e Marc Bloch, ver o tópico “Intermezzo: Celso furtado e o método comparativo”. SILVA, *O jovem Celso Furtado...*, p. 123-147.

junto com Marc Bloch, defendeu o método comparativo na historiografia a partir da década de 1920. Furtado pretendeu buscar em Pirenne os “períodos da história social do capitalismo” e entender a formação e ascensão das suas elites gestoras. Para Furtado, o estudo da economia colonial brasileira exigia, no contexto de sua geração, perceber quais forças econômicas (externas e internas) “condicionam o nosso envolver histórico”²⁰.

No capítulo IV da segunda parte, denominado “Formação da sociedade colonial”, aparecem elementos e dados que introduzem análises comparativas. Assim, “os dois sistemas de colonização da América”, a pequena propriedade em clima temperado (norte dos Estados Unidos) e a grande propriedade em clima subtropical e tropical (sul dos Estados Unidos e o Brasil) se afirmaram distintos. A unidade mais focada é a grande plantação na região tropical, não sem uma dose de imperativo geográfico: “A exuberância e o rigor da natureza tropical não permitiam, nos séculos XVI e XVII, a atividade econômica do homem isolado”. Logo depois, Celso Furtado introduz o tópico sobre as Antilhas francesas, mais especificamente o caso da Martinica. Desta vez para contrastar as estratégias coloniais de duas metrópoles na América, França e Portugal. Furtado traz à tona o caso das Antilhas francesas justamente para demonstrar o “choque entre os dois sistemas de colonização ensaiados na América”. Para ele, a França tentou, no início da colonização antilhana, construir um núcleo colonial baseado na pequena propriedade com uma população de produtores de tabaco para fins comerciais. O empreendimento fracassou, pois a colonização do Caribe pela França tinha um objetivo político com forte investimento estatal e agentes públicos. Esse ponto de partida foi de outra monta no caso da colonização portuguesa. No Brasil, “tudo foi deixado pelo governo português à iniciativa privada” e a “monocultura e o grande domínio se impuseram”. As dinâmicas desses processos são vistas assim pelo economista que estica seu olhar para o século XVII: “Em 1640, quando a Martinica se colonizava com objetivos políticos, à base da pequena propriedade, no norte do Brasil uma economia dominial escravocrata florescia magnificamente”. A necessidade de capitais (e cabedais) para atividades comerciais nos trópicos acabou eliminando as “vias diferenciadas” de colonização, era o imperativo do açúcar, gerador de guerras, escravidão e “consequências deformadoras”. Nesse caso, Furtado explicita o fracasso econômico de uma experiência tentada: “Não obstante essas diferenças iniciais marcantes, veremos a monocultura se impor igualmente nas duas colônias, e a Martinica, após três décadas de esforço em contrário, se assemelhar à colônia portuguesa”. A Martinica seria apenas um caso demonstrativo da “história geral das Antilhas”²¹.

²⁰ Parece-nos sintomático que o economista construa o primeiro parágrafo da tese com uma forte crítica ao tratamento das fontes nos estudos da época: “Os documentos relativos à história econômica dos dois primeiros séculos da colonização do Brasil permaneceram durante muito tempo em arquivos públicos e privados sem merecer grandes atenções dos estudiosos nacionais e estrangeiros. A história econômica do Brasil não despertava maiores cuidados, e se resumia em alguns capítulos descritivos incluídos na história geral. Repetiam-se sem maiores cuidados algumas cifras e indicações deixadas pelos cronistas da época colonial”. FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de História Econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. São Paulo: Hucitec; ABPHE, 2001, p. 13.

²¹ FURTADO, *Economia colonial no Brasil...*, p. 109-117.

Entretanto, havia um “problema historiográfico” nas narrativas e interpretações dos eventos da economia colonial que se resumia na cronologia dos “ciclos econômicos”, tão assentes e visíveis nos manuais de historiografia pátria. Como enfrentar essa questão pelas regras do método comparativo? Celso Furtado encontrou uma expressão cuja metáfora se impõe a partir do título da terceira parte da tese, “atavismos coloniais”. Então, ele se socorre da história social e econômica do historiador belga, Henri Pirenne, também um metodologista da comparação de unidades históricas. Celso Furtado se vale do ensaio de Pirenne, “Períodos da história social do capitalismo”, publicado em 1914, em que se destaca a ideia, um tanto óbvia, das diferenças e das distinções capitalistas (e burguesas) no tempo e no espaço. De modo que as “conjunturas econômicas” acumularam resíduos, materiais e mentais, num diapasão atávico até ao “Brasil atual”, aquele de 1948:

A passagem de um ciclo monocultural a outro será de profundas consequências para o país: decairá possivelmente uma região em benefício da outra, a mão-de-obra se deslocará e, em grande parte, mudará de proprietário, surgirá uma nova classe de ricos senhores. Toda essa operação se processará com imenso desgaste. A transformação por solavancos vem sendo uma constante na evolução econômica do Brasil.

(...)

A eliminação desse atavismo colonial - a monocultura - se apresenta ainda hoje como um problema fundamental para o Brasil. Transplantar para dentro do país o eixo de sua vida econômica, superar o regime de colônia agrícola estritamente de alimentos exóticos: eis o problema brasileiro.²²

No capítulo sobre o atraso técnico, Celso Furtado se utiliza da terminologia de Caio Prado Jr. para evocar as diferenças dos “dois ramos da agricultura brasileira”. A grande lavoura de exportação tinha uma finalidade em si mesma e era a razão da Colônia. A agricultura de subsistência aparece como contingência e era desprezada pelos agentes da colonização. Apesar de tudo, ela ganharia importância numa fase tardia quando passam a ganhar densidade os núcleos urbanos coloniais. Celso Furtado chama a atenção para o trabalho dos africanos na agricultura de subsistência: “essa pequena e desprezível agricultura que se aplicavam os africanos em seu domingo de folga, ansiosos para capitalizar o necessário à própria alforria”. O parâmetro com as Antilhas francesas retorna como argumento comparativo de que na Martinica a agricultura de subsistência teve melhor destino (trabalho livre, autonomia, produção diversificada e menos danosa ao ambiente). Ao passo que, na grande lavoura de exportação da colônia portuguesa, os engenhos, por mais de três séculos, queimaram florestas. O testemunho do naturalista francês, Auguste de Saint-Hilaire, escrito na última década do “fato colonial”, reforça a percepção

²² FURTADO, *Economia colonial no Brasil...*, p. 146-147. Sobre essa apropriação analítica de Henri Pirenne por Celso Furtado, consulte-se SILVA, *O jovem Celso Furtado...*, p. 170-178.

ecológica do economista: “todo o sistema da agricultura brasileira está baseado na destruição das florestas, e onde não tem lenha não tem cultura”. Não se trata de anacronismo, mas a “posição atual do problema”, uma vez que o desenvolvimento econômico da ex-colônia portuguesa carecia de “um sistemático processo de racionalização”²³.

Com efeito, Celso Furtado não abandonaria a “experiência comparatista” e na sua obra de maturidade aparece essa análise econômica ampliada. No livro mais canonizado de sua pena, *Formação Econômica do Brasil*, escrito nos anos de 1957 e 1958, na exterioridade inglesa (era professor em Cambridge), com primeira edição do ano de 1959, o autor volta a enfatizar, nas duas primeiras partes, os “fundamentos econômicos da ocupação territorial” e a “economia escravista de agricultura tropical”. No pequeno prefácio introdutório, o autor afirma sua pretensão de, em livro para um público amplo, aprofundar “as cadeias de causalidade que constituem a urdidura dos processos econômicos”. Celso Furtado diz que pretende analisar “processos econômicos e não a reconstituição de eventos históricos que estão por trás desses processos”, mas alerta que a sua discussão historiográfica permite o interesse do “ponto de vista da análise histórico-comparativa”²⁴. Furtado não se esquece das “consequências da penetração do açúcar nas Antilhas” em que o “curso da colonização antilhana” (e suas transformações) “será de importância fundamental para o Brasil”. Depois, ao prescrever a “formação do complexo econômico nordestino” o autor coloca em perspectiva a “brecha antilhana”²⁵. Na quarta parte do livro, “economia de transição para o trabalho assalariado”, Celso Furtado estabelece o “confronto com o desenvolvimento dos EUA”. Na cabalística página 100 a indagação em perspectiva força a análise comparativa que o autor radicaliza na linguagem chamando-a de *confronto*: “por que se industrializaram os EUA no século XIX, emparelhando-se com as nações europeias, enquanto o Brasil evoluía no sentido de transformar-se no século XX numa vasta região subdesenvolvida?” Celso Furtado quer ultrapassar os fatos nacionais: “Superando o fatalismo supersticioso das teorias de inferioridade de clima e ‘raça’, essa pergunta adquiriu uma significação mais real do ponto de vista econômico. Convém, portanto, que lhe dediquemos alguma atenção”. Essa atenção recai sobre as várias dimensões da vida social e política, inclusive sobre as “verdades econômicas” das elites dominantes. Celso Furtado assim compara os percursos:

À época de sua independência, a população norte-americana era mais ou menos da magnitude da do Brasil. As diferenças sociais, entretanto, eram profundas,

²³ FURTADO, *Economia colonial no Brasil...*, p. 153-163.

²⁴ FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, 1986, p. 01-02. Sobre a perspectiva teórica do livro, seus “lances comparatistas” e a “arqueologia escritural”, ver a apresentação da edição comemorativa dos 50 anos: FURTADO, Rosa Freire D’Aguiar. “Apresentação”. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Edição Comemorativa de 50 Anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 11-21. Sobre o “duplo enfoque” da história e da economia, ver ALENCASTRO, Luís Felipe. “Introdução”. In: FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, 2009, p. 23-40. A fortuna crítica, desde as primeiras resenhas até a recepção internacional da obra, consta numa seção imperdível de “ideias econômicas”. FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, 2009, p. 347-543.

²⁵ FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, 1986, p. 24-31; p. 61-64.

pois enquanto no Brasil a classe dominante era o grupo dos grandes agricultores escravistas, nos EUA uma classe de pequenos agricultores e um grupo de grandes comerciantes urbanos dominava o país. Nada é mais ilustrativo dessa diferença do que a disparidade que existe entre os dois principais intérpretes dos ideais das classes dominantes nos dois países: Alexander Hamilton e o Visconde de Cairu. Ambos são discípulos de Adam Smith, cujas ideias absorveram diretamente e na mesma época na Inglaterra. Sem embargo, enquanto Hamilton se transforma em paladino da industrialização, mal compreendida pela classe de pequenos agricultores norte-americanos, advoga e promove uma decidida ação estatal de caráter positivo – estímulos diretos às indústrias e não apenas medidas passivas de caráter protecionista – Cairu crê supersticiosamente na mão invisível e repete: deixai fazer, deixai passar, deixai vender.²⁶

Na fértil atividade intelectual e política em que Celso Furtado se debruçou entre a defesa da sua tese de doutorado (1948) e o advento do “capitalismo bastardo” que se fez “economia política” nos diversos eventos badalados pela historiografia nacional (1961, 1964, 1968) é o método comparativo que continua a iluminar o economista para as análises contrastivas entre “desenvolvimento e subdesenvolvimento”²⁷. Ainda na cidade do Recife, ao escrever a Introdução para uma coletânea de ensaios produzidos na última década, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), reiterada como prefácio ao livro *Teoria Econômica e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967), Celso Furtado, depois de enfatizar a contribuição das três correntes para o pensamento econômico no mundo subdesenvolvido – o marxismo, a economia neoclássica e a eclosão keynesiana –, destaca o papel do economista comparatista numa espécie de escrita de si, refigurada pelo tempo da memória: “A necessidade de diagnosticar a problemática de sistemas econômicos nacionais, em fases diversas de subdesenvolvimento, levou-o [Furtado] a aproximar a análise econômica do método histórico”²⁸. Assim,

²⁶ FURTADO, *Formação econômica do Brasil*, 1986, 100-101. No artigo de Tamás Szmrecsányi consta análise detalhada das duas obras de Furtado (*Economia colonial... e Formação econômica...*), mas sem observações sobre as comparações furtadeanas. SZMRECSÁNYI, “Retomando a questão...”, p. 11-37.

²⁷ Sobre as “fases” do pensamento econômico de Celso Furtado bem como uma de suas temáticas mais caras, a “questão regional”, ver: TAVARES, Maria da Conceição. *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. Sobressai dos autores da obra, Maria da Conceição Tavares, Juarez Guimarães, José Luís Fiori, Maria Regina Nabuco, Tania Bacelar, Wilson Cano e Francisco de Oliveira a perspectiva de entender Celso Furtado como o “maior intérprete do Brasil do século XX”.

²⁸ Luiz Carlos Bresser Pereira que estuda o “método histórico” de Celso Furtado, mas não percebe sua metodologia comparatista, separa o economista do historiador; o primeiro é analítico; o segundo é narrador. Parece-me que é na interface entre economia e história que a obra furtadeana se coloca. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “Método e paixão em Celso Furtado”. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser & REGO, José Márcio (orgs.). *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 19-43; republicado três anos mais tarde em língua espanhola: PEREIRA, Luiz Carlos

ele diz de si para o economista que o “estudo comparativo de problemas similares, no plano abstrato, em variantes condicionadas por situações históricas diversas e em distintos contextos nacionais, induziu-o progressivamente a adotar um enfoque estrutural dos problemas econômicos”. A convicção furtadeana não abre mão de um comparatismo estrutural, isto é, do significado para cada experiência histórica daquele tipo específico de capitalismo bastardo: “É sua opinião que o esforço mais necessário, no plano teórico, a ser realizado na fase atual, consiste na identificação progressiva do que é específico de cada estrutura, como base para a elaboração de uma tipologia das estruturas”²⁹.

Entretanto, o método comparativo parece ter acompanhado Celso Furtado para o exílio econômico e historiográfico com o fim da democracia brasileira no ano de 1964. A ditadura instaurada e, logo depois, a brutal repressão ao pensamento crítico fez renascer a “acne nacional” para interpretar o Brasil a partir das lentes oficiais em que pese um avanço de especialistas, no início da década de 1970, em história econômica quantitativa, demografia histórica, história econômica e teoria da história, segundo José Roberto do Amaral Lapa. Repetia-se uma frase conjuntural: “A História do Brasil está em crise”³⁰. Então a “ciência econômica” estava bem? Muitos economistas tiveram que amargar o banimento intelectual e mesmo o exílio em terras novas na América Latina, Estados Unidos e Europa Ocidental, cassados que seriam pelos Atos Institucionais; outros tantos se deixaram caçar pelas teorias do milagre da espada e do mercado³¹. A agonia do método comparativo foi um “fato historiográfico” na década de 1970.

A historiografia brasileira custou a se definir pelo método comparativo em que pese, como se viu, os indícios comparatistas de um livro de “história social” canonizado como *Raízes do Brasil* (1936) e a tese *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*, não editada no século XX, aclamada como de “história econômica”, mas inobservada até pouco tempo como um “estudo comparatista”. O próprio livro de Marc Bloch, *Os Reis Taumaturgos* (1924), somente seria traduzido

Bresser. “Método y pasión en Celso Furtado”. *Revista de la Cepal*, n. 84, dez. 2004, p. 19-34.

²⁹ FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 7. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. XVII-XXI. Sobre as três correntes assim o autor explica: “Se pretendêssemos sintetizar a contribuição das três correntes de pensamento referidas para o advento de um começo de pensamento econômico autônomo e criador, no mundo subdesenvolvido, diríamos que o *marxismo* fomentou a atitude crítica e inconformista, a *economia neoclássica* serviu para impor a disciplina metodológica, sem a qual logo se descamba para o dogmatismo, e a *eclosão keynesiana* favoreceu melhor compreensão do papel do Estado no plano econômico, abrindo novas perspectivas ao processo de reforma social”. FURTADO, *Teoria e política...*, p. XX, grifos meus. Para o “fenômeno do capitalismo bastardo” (a cunha capitalista controlada de fora) ver, na mesma obra, p. 190-192.

³⁰ LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea: a história em questão*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981 [1976]. A perspectiva pessimista aparece nas introduções às duas edições, p. 7-13 e, para a conjectura do “subdesenvolvimento historiográfico”, p. 187-198.

³¹ Cumpre destacar essas “experiências diaspóricas” revisitadas pela memória documentada por oralidades em duas obras coletivas: BIDERMAN, COZAC & REGO, *Conversas com Economistas Brasileiros*; MANTEGA, Guido & REGO, José Marcio (orgs.). *Conversas com Economistas Brasileiros II*. São Paulo: Editora 34, 1999. Celso Furtado se debruçaria sobre o nosso “capitalismo bastardo” em duas de suas obras da década de exílios e torturas: *Análise do “Modelo” Brasileiro* (1972) e *Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974).

no ano de 1993; *Apologia da História* (1949), talvez o mais lido e comentado, teve tradução brasileira apenas no ano de 2001; e *A Sociedade Feudal* (1939-40), teve tradução portuguesa em 1982. A que se deve essa espécie de repulsa ao método comparativo por parte da historiografia brasileira e, de certa forma, uma espécie de autoexílio em relação à história econômica (e social) à modafurtadeana ou, parafraseando João Fragoso, no início desse novo século, “para que [ainda] serve a história econômica?”³².

Talvez seja preciso recuar um pouco no tempo e dialogar com uma obra marcante, escrita por Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli, *Os Métodos da História*: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social, foi redigida entre os anos 1972-74 e publicada logo em seguida em edição espanhola (1976) e em edição brasileira um pouco mais tarde (1979). Definido como “um manual de métodos historiográficos” a obra foi estruturada em três partes, as quais cumpre destacar aqui a terceira, com dois capítulos, o VIII (O método comparativo em história) e o IX (O problema da síntese na história). Essa última parte, segundo os autores, foi sugerida pelo historiador catalão, Pierre Vilar, alertando-os para a necessidade de “inclusão do problema da síntese global”³³. Para os autores, o método comparativo pode ser aplicado tanto “às sociedades comparáveis” quanto às pesquisas de “tipo monográfico”. A seguir, os autores chamam a atenção sobre “as armadilhas, os perigos e as precauções” na opção de aplicabilidade do comparatismo. O primeiro deles é já uma reiteração, o “anacronismo”, seguido das “analogias superficiais”, “as polêmicas inúteis ou mal colocadas”. Todos esses perigos seriam resumidos, numa referência ao historiador Eugene Genovese – autor de estudo comparado sobre a escravidão no Novo Mundo (1969) –, mas podia ser Marc Bloch, “só é proveitoso comparar realmente o comparável”. A precaução fundamental é “conhecer bem o que se pretende comparar”. Mas ainda tem mais perigo, talvez tão terrível quanto o primeiro, “confundir comparação com justaposição”. No que diz respeito às formas os autores observam duas dimensões: comparar “sociedades aproximadamente contemporâneas” que compartilham “traços estruturais análogos”; comparar “sociedades francamente heterogêneas” ou “afastadas no tempo”; mas, atenção, historiador iniciado, não vá por esse caminho, “pois o anacronismo tocará a cada passo e será fácil cair em suas armadilhas”. Os resultados são considerados a partir das observações blochianas: pesquisas mais documentadas; explicações das sobrevivências, influências ou filiações entre sociedades; análises das semelhanças e diferenças das sociedades consideradas. Os aportes finais de Cardoso e Brignoli

³² FRAGOSO, João. “Para que serve a História Econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 29, 2002 p. 03-28. Alguns anos antes, em capítulo de livro assinado juntamente com Manolo Florentino, Fragoso constatava com certo banzo, já na frase inicial: “A história econômica agoniza”. FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. “História Econômica”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 27-43. O contrário parece evidenciar os triunfos historiográficos da “História Social” (não Econômica à modafurtadeana). Ver o artigo de NEGRO, Antonio Luigi. “Um certo número de ideias para uma história social ampla, geral e irrestrita”. In: MALERBA, Jurandir & ROJAS, Carlos Aguirre (orgs.). *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru: Edusc, 2007, p. 69-95.

³³ CARDOSO & BRIGNOLI, *Os métodos da História...*, p. 15-17.

são dois, baseados nos autores referenciados, um positivo e outro profundamente negativo. O primeiro anuncia a história comparada, “atenta para as peculiaridades estruturais, representa o mais elevado nível, quiçá, a que é possível presentemente fazer a *síntese histórica*”. O segundo implica uma anomalia científica funcional, pois seria preciso reconhecer que “o método comparativo tem no contexto dos estudos históricos, uma insuficiente elaboração *teórica* como método racional”³⁴.

Mais de duas décadas depois, numa importante entrevista, Ciro Flamarion diria que o objetivo do “manual historiográfico” era “incentivar os métodos marxista e dos *Annales* na América Latina”, pois sabiam que, nesse continente, “as coisas básicas não eram ensinadas”. Nessa mesma entrevista, Ciro Flamarion responde uma questão sobre o seu interesse pelo método comparativo:

*Eu tinha forte convicção a esse respeito, que vinha da leitura de Marc Bloch e dos estudos sobre a escravidão, área que, nos Estados Unidos e no Caribe, contavam com forte viés comparativo. Já na preparação da tese [defendida em 1971 e somente publicada em 1998] me veio a forte ideia de que a comparação histórica era extremamente importante, tanto é que acabei dedicando um capítulo inteiro de Os Métodos da História ao método comparativo em História. Depois acabei realizando outros estudos, como uma história comparada da expansão do café na América Central, que resumi na História Econômica da América Latina. Agora, o método comparativo em que creio é feito à maneira Marc Bloch, não de Max Weber, com aqueles postulados sociológicos que permitem comparar a burocracia em Roma com a do império Britânico, isso não! Sou um historiador e marxista de origem, quer dizer, eu acredito que os períodos têm forte especificidade e os tipos de sociedade também, portanto, convém comparar o que é muito parecido. Eu não acredito em comparar a burocracia chinesa com a do Império Romano em nome de ‘probabilidades típicas de acontecer’.*³⁵

³⁴ CARDOSO & BRIGNOLI, *Os métodos da História...*, p. 409-419. É na parte do capítulo, “definição, importância e vantagens”, que os autores mencionam dois historiadores também importantes na análise comparativa de Celso Furtado: Henri Séé, na obra *Ciência e Filosofia da História* (1933) e Henri Pirenne, conferência “Do Método Comparado em História”, publicada nos *Anais do V Congresso Internacional de Ciências Históricas* (1923).

³⁵ “Entrevista com Ciro Flamarion Cardoso”. In: MORAES & REGO, *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 211-238. Para a concepção comparatista weberiana, tão indigesta a Ciro Flamarion, pode ser lido o primeiro capítulo, “Conceitos Sociológicos Fundamentais”, em: WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Vol. I. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn 3. ed. Brasília: Editora da UnB, 1994, p. 03-35. Embora os estudos de viés comparatista de Max Weber se acostem ao campo da “sociologia das religiões”, parece que Ciro Flamarion se refere mais aos “tipos de dominação” (dominação racional, tradicional e carismática) que, também, podem ser conferidos na mesma obra, capítulo III da primeira parte, “Teoria das Categorias Sociológicas”, p. 139-198.

Pelo que se viu, Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli, em *Os Métodos da História*, foram cautelosos e “desaconselharam” o método comparativo e isso parece ter influenciado a “última” historiografia brasileira que, também, não teria observado o procedimento comparativo nas principais obras de “história econômica” de Celso Furtado³⁶. Mas engana-se quem pensa que Ciro Flamarion não aplicaria o método comparativo em seus estudos. Pelo contrário, o historiador se apropriaria de boa parte do vetor comparatista marxista e dos *Annales*, desde a sua tese de doutorado, defendida em 1971, que, apesar de “ser sobre a Guiana [Francesa], faz comparações em abundância com o Brasil, o Caribe e o sul dos Estados Unidos”³⁷. O procedimento comparativo segue na maior parte da sua produção historiográfica nas décadas seguintes, tais como *História Econômica da América Latina* (1983), com Héctor Perez Brignoli; *Escravo ou Camponês?: o protocampesinato negro nas Américas* (1987); *Deuses, Múmias e Ziggurats: uma comparação das religiões antigas do Egito e da Mesopotâmia* (1999). As “brechas camponesas” nas áreas da América colonial e na Antiguidade mediterrânea estiveram sempre presentes. Entretanto, o mais importante dessa produção no campo comparatista talvez seja a retomada da pesquisa do doutorado, no início da década de 1980, com o “estudo das estruturas econômico-sociais da Guiana Francesa e do Pará”, na segunda metade do século XVIII e nos primeiros anos do século XIX³⁸.

Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas, tal como a tese de Celso Furtado, é constituída por três partes. Na primeira, “A Guiana Francesa: do antigo Regime ao Período Revolução-Império” apresenta os elementos da geografia da colônia, as condições da colonização, as estruturas econômicas, a sociedade e as transformações no decorrer do período revolucionário francês. O percurso narrativo passa pela geografia, economia e a história social. A farta documentação permitiu a Ciro Flamarion Cardoso construir uma profusão de gráficos com dados econômicos detalhados do comércio exterior, exportações de algodão, urucum, cacau, café, açúcar, o número de navios que comercializavam no porto de Caiena e o desembarque dos africanos. Não há referência aos trabalhos de história econômica de Celso Furtado, mas Ciro Flamarion Cardoso observa a mesma dinâmica colonial nos primeiros séculos: “No século XVIII, a Guiana Francesa era uma minúscula colônia organizada

³⁶ Penso não haver necessidade de polemizar com os economistas sobre a classificação da obra furtadeana, se “economia” ou “história econômica”. A opinião de Luiz Carlos Bresser Pereira já seria suficiente, pelo menos para a sua obra magna: “Uma das características que torna *Formação econômica do Brasil* (1959) uma obra-prima de história e de análise econômica é a capacidade de Furtado de, a partir dos poucos dados disponíveis, deduzir as demais variáveis da economia e seu comportamento dinâmico. Mas, ao fazer isto, Furtado não está abandonando o primado do método histórico-indutivo. Está apenas sendo capaz de combinar sua criatividade com seu rigor lógico para, a partir dos dados disponíveis, nos apresentar um quadro geral da evolução histórica da economia brasileira até hoje não superado. *Formação Econômica do Brasil* é a meu ver o mais importante livro publicado no Século XX sobre o Brasil porque nele Furtado foi capaz de usar a teoria econômica e as demais ciências sociais não para descrever, e sim para analisar a história econômica do Brasil”. PEREIRA, “Método e paixão...”, p. 26.

³⁷ “Entrevista com Ciro Flamarion Cardoso”. In: MORAES & REGO, *Conversas com historiadores brasileiros*, p. 220.

³⁸ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

em forma semelhante às Antilhas Francesas. Do ponto de vista econômico, porém, uma diferença podia ser percebida de saída: a produção de açúcar não predominava na Guiana. Neste ponto a economia guianense recordava a das Antilhas como era antes do fim do século XVII³⁹. A pobreza e o atraso da região (condição periférica) impediam a produção açucareira em larga escala.

A segunda parte, “O Pará na Segunda Metade do Século XVIII e Começos do Século XIX”, apresenta estrutura narrativa praticamente igual à primeira: a geografia e o povoamento, os fatores coloniais, economia e os seus procedimentos vitais (produção, circulação, comércio e conjuntura) e a sociedade com seus elementos estruturais (demografia, estratificação, lutas políticas e vida cotidiana). A notável abordagem geográfica feita para avaliar as “condições naturais quanta à colonização” permitem a Ciro Flamarion Cardoso narrar, explicar e analisar o processo paraense e destacar as semelhanças com a colônia francesa: “Como na Guiana, fatores históricos pesaram mais do que o difícil meio ambiente natural para explicar o ralo povoamento e a importância econômica secundária do Pará ainda nas últimas décadas do período colonial: bem como a descapitalização e a crônica pobreza em mão-de obra. Mesmo hoje [1983], a imensa Amazônia brasileira continua sendo zona algo marginal no vasto conjunto constituído pelo Brasil”⁴⁰. Observada a história econômica do Pará percebem-se mudanças a partir de meados do século XVIII (tentativa de substituição da escravidão indígena pela africana, a agricultura como alternativa ao extrativismo, etc) e, ao mesmo tempo, “problemas estruturais persistentes” (subpovoamento, pobreza, fiscalismo e arbitrariedades do pacto colonial).

Na terceira parte, “Pará e Guiana Francesa”, com dois longos capítulos, Ciro Flamarion Cardoso aplica o método comparativo e coloca em perspectiva as duas unidades de observação. A conquista luso-brasileira com a expedição de 1808-1809 e sua anexação ao Pará (1809-1817) é o evento que permite a “confluência momentânea das duas sociedades coloniais”. Depois, os impactos da conquista e da ocupação permitem afirmar que “os efeitos imediatos da conquista da Guiana Francesa foram catastróficos para o Pará” e “relativamente moderadas para a Guiana”. O estado de pobreza, precário abastecimento e finanças frágeis do Pará tornaram a “conquista anglo-portuguesa” (havia marinheiros ingleses, comandante e navios ingleses) não mais do que uma aventura colonial com nenhuma repercussão para a definição do Contestado Franco-Brasileiro (atual Amapá). No capítulo final, “Visão comparativa dos sistemas econômicos do Pará e da Guiana Francesa” o autor coloca em perspectiva as relações de produção, os setores produtivos, a circulação e a configuração dos sistemas econômicos. A explicação passa pelo “desenvolvimento da escravidão negra e o caráter da agricultura colonial”. Ciro Flamarion Cardoso observa que a escravidão negra foi o aspecto mais estudado das relações de produção típicas das Américas tanto na época colonial quanto durante o século XIX. Assim,

³⁹ CARDOSO, *Economia e sociedade em áreas...*, p. 27. O caso da Guiana Francesa (com observações sobre a Martinica) já aparecia na tese do autor. CARDOSO, “O modo de produção escravista...”, p. 110-129.

⁴⁰ CARDOSO, *Economia e sociedade em áreas...*, p. 95.

[...] entre 1750 e 1820 desenvolveram-se, sem dúvida, a escravidão africana e a agricultura mercantil. Mas ao lado de algumas plantations de peso, e de grandes fazendas de gado (muito extensivas), o mais típico da Amazônia portuguesa foi a proliferação de inúmeros sítios pobres, com poucos escravos (ou sem escravos) e trabalhadores indígenas, eventualmente produzindo artigos de exportação, mas caracterizados sobretudo pelo grande peso das produções de subsistência. A mão-de obra indígena, por outro lado, embora crescentemente superada pela africana, não desapareceu.⁴¹

A situação da Guiana Francesa era diferente. Mesmo sendo área periférica em relação às exitosas plantações das Antilhas francesas, se configurou como uma colônia de agricultura de exportação. Para Ciro Flamarion Cardoso, a Guiana Francesa, “de fato, se parecia mais ao Maranhão do que ao Pará”, com sua pequena população, majoritariamente composta por escravos. São as formas de trabalho (escravo, compulsório, livre) e o núcleo de trabalhadores (índios, negros, mestiços) que indicam as maiores diferenças em relação ao Pará:

*O caso da Guiana Francesa, posteriormente ao fim da escravidão indígena (1740 aproximadamente) e das missões religiosas (1765), foi bem diferente, por duas razões básicas: 1) o predomínio da escravidão negra, muito maior do que na Amazônia, e isto desde fins do século XVII; 2) o número ínfimo dos índios disponíveis, tornando impraticável, na segunda metade do século XVIII, qualquer forma maciça de trabalho indígena.*⁴²

A síntese comparativa visa responder às seguintes indagações: “Como explicar as diferenças na trajetória histórica das duas regiões coloniais? Por que tiveram a princípio estruturas tão divergentes, que depois confluíram em boa medida?”. As duas áreas eram periféricas no contexto dos “respectivos impérios coloniais” e suas diferenças históricas não “parecem provir de diferentes sistemas coloniais”. Os fatores ecológicos e geográficos agiram nas duas regiões e dificultaram na mesma medida a colonização, embora sistemas de drenagem tenham sido executados na Guiana. Havia abundância de mão-de-obra indígena no Pará e, na Guiana, era quase inexistente. A pobreza de capitais materializou “plantations subdesenvolvidas”, abrindo espaço para a “brecha camponesa”, indígena no Pará e negra na Guiana Francesa. Um condição é persistente na abordagem do trabalhador livre: camponês miserável.

Parece que Ciro Flamarion Cardoso sugeriu, na década de 1970, “fiquem com

⁴¹ CARDOSO, *Economia e sociedade em áreas...*, p. 178. Para Ciro Flamarion o trabalho indígena, “mesmo teoricamente livre” nas missões, se configurou como compulsório no Pará a partir da segunda metade do século XVIII. Da forma aconteceu no período revolucionário francês, com a “extinção da escravidão negra” nas colônias (1794-1802).

⁴² CARDOSO, *Economia e sociedade em áreas...*, p. 182.

as teses de Lucien Febvre, o comparatismo é mesmo uma filosofia oportunista”, entretanto ele preferiu se aproximar do programa metodológico de Henri Pirenne e Marc Bloch (mas preferiu autores da história comparada dos Estados Unidos e Caribe), renovou a historiografia marxista no Brasil, assumiu atitudes metodológicas comparatistas e “comparou o comparável”⁴³. Na década de 1980 ele criticava a “compartimentação acadêmica que separava os especialistas de História Antiga de seus colegas de História da América” e, situações como esta, dificultavam a “atitude metodológica comparativa”⁴⁴. Na obra de 1976 ele parecia mais otimista ao remeter em nota para autores – também importantes para Celso Furtado como Henri Sée e Henri Pirenne – uma observação metodologista: “Muitos dos historiadores de hoje estão consciente da importância e do caráter insubstituível do método comparativo, única forma – embora imperfeita – de encontrar uma alternativa, no contexto da pesquisa, à impossibilidade de aplicar o método experimental”⁴⁵.

Ao elogiar o livro que considerava referencial em estudos comparados sobre a escravidão, a coletânea editada por Laura Foner e Eugene Genovese, *Slavery in the New World: a reader in comparative history* (1969), Ciro Flamarion Cardoso confessa a virada comparatista: “salientemos que os estudos acerca da escravidão nas Américas só terão a ganhar se permanecerem fiéis a um dos seus pontos fortes nestas últimas décadas, que constitui um poderoso instrumento de controle das generalizações sintéticas e explicativas: o chamado método comparativo”⁴⁶. Vários

⁴³ As obras cardosianas que tratam de “teoria e metodologia da história”, depois do longo *Os Métodos da História*, são ricas em repertórios comparatistas. Nos *Ensaios racionalistas* (1988), o autor diferencia, distingue o tempo dos historiadores e o tempo dos cientistas naturais e dos filósofos; em *Narrativa, sentido, História* (1997), o autor trabalha em duas dimensões da “semiótica narrativa”, a dos textos escritos e a dos filmes; no *Um historiador fala de Teoria e Metodologia: ensaios* (2005), o historiador, ao estabelecer a importância da historiografia dos *Annales*, reconhece o esforço para perceber “os contrastes e arritmias das técnicas, economia, poder e mentalidades coletivas”. Portanto, não são poucos os exemplos de uma atitude teórica e metodológica para controlar “generalizações sintéticas e explicativas”. CARDOSO, Ciro Flamarion. *Ensaios racionalistas*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 25-40; _____. *Narrativa, sentido, História*. São Paulo: Papirus, 1997, p. 157-270; _____. *Um historiador fala de Teoria e Metodologia: ensaios*. Baururu: Edusc, 2005, p. 115-149.

⁴⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocampesinato nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 13. Em entrevista mais recente, Ciro Flamarion, expressaria a mesma ideia, ao criticar a “inevitável” especialização acadêmica: “Como professor de pós-graduação, estou cansado de encontrar estudantes que sabem tudo ou quase tudo sobre um tema delimitado, bem como conhecem a fundo as fontes para estudá-lo, e, ao mesmo tempo, não o sabem contextualizar bem porque não dispõem, minimamente, de cultura histórica. Como pode, por exemplo, alguém que estuda o Brasil colonial ignorar profundamente a História de Portugal nos Tempos Modernos e, mais em geral, a História da Europa e a da África naqueles séculos, para não mencionar a da América Pré-Colombiana (ou a das sociedades indígenas sob os regimes coloniais)? Por acaso será da opinião de que achará dentro do Brasil colonial todo o necessário às explicações adequadas daquilo que constata?”. Entrevista com o professor Ciro Flamarion Cardoso. *História Agora: a revista do tempo presente*. 19 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.historiagora.com/>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

⁴⁵ CARDOSO & BRIGNOLI, *Os métodos da História...*, p. 410-411.

⁴⁶ CARDOSO, *Escravo ou camponês?...*, p. 29. Na obra de 1976 o autor já tinha isso em perspectiva: “Também, influenciaram no sentido da popularização do método comparativo os êxitos alcançados por pesquisas concretas baseadas em seu emprego, especialmente as referentes às sociedades escravistas da América do Norte, das Antilhas e da América do Sul”. CARDOSO & BRIGNOLI, *Os métodos da História...*, p. 411.

cientistas sociais e historiadores, de diferentes lugares teóricos, tais como Frank Tannenbaum, Sidney W. Mintz, Marvin Harris, David Brion Davis, Harry Hoetink, Herbert S. Klein, entre outros, impressionaram Ciro Flamarion Cardoso em seus estudos empíricos de “história comparativa”. O próprio Eugene Genovese, um grande historiador comparatista (e marxista) dos Estados Unidos, escreveu dois ensaios para a obra que editou, sendo o primeiro mais comparatista e o segundo, talvez, mais marxista⁴⁷.

Em síntese historiográfica sobre os últimos cinquenta anos dos estudos comparados sobre a questão que, depois da egiptologia, mais apaixonou Ciro Flamarion Cardoso, “o protocampesinato nas Américas”, Herbert Klein considera necessário retomar o “tema que tem sido muito negligenciado nas discussões recentes sobre a diáspora africana nas Américas, que é a comparação das diferenças e semelhanças entre os regimes escravistas e sua influência na integração pós-abolição de africanos e afro-americanos”. O autor denuncia que, depois dos vigores comparatistas entre 1940 e 1970 – vide os contextos intelectuais de Celso Furtado e Ciro Flamarion Cardoso – “esse debate desapareceu com a rejeição dos estudos comparativos na historiografia norte-americana, por um lado, e, por outro, com a concentração da historiografia latino-americana em detalhados estudos locais”. Desta forma, ambos “os movimentos negligenciaram o retorno à questão comparativa”⁴⁸. Parece-me que Celso Furtado e Ciro Flamarion Cardoso tenderiam a concordar com a síntese de Herbert Klein, também ele um pesquisador comparatista. No Brasil, os “detalhados estudos locais”, fortemente micro-historiográficos e culturalistas, se perdem com certa regularidade na floresta da globalização; ao passo que as historiografias econômicas (e comparativas) dos Estados Unidos, Caribe e América Latina raramente chegam até nós, historiadores brasileiros.

Colocar em perspectiva a aplicabilidade do método comparativo em obras referenciais de Celso Furtado e Ciro Flamarion Cardoso diz respeito às aproximações

⁴⁷ Além da obra mencionada em *Os métodos da História*, ver também: FONER, Laura & GENOVESE, Eugene. *Slavery in the New World: a reader in comparative history*. Englewood Cliffs – EUA: Prentice-Hall, 1969. Outros livros de Genovese se pautam pela história comparativa, cujo viés já aparece na sua obra mais conhecida, especialmente no capítulo, “O trabalhador negro na África e o Sul escravista”: GENOVESE, Eugene. *A Economia política da escravidão*. Tradução de Danny Wrobel e Maria Cristina Cavalcanti. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 1976 [1965], p. 65-76. Obras posteriores não abdicam de pensar a escravidão numa “perspectiva hemisférica”. Ver, especialmente: GENOVESE, Eugene. *A Terra Prometida: o mundo que os escravos criaram*. Tradução de Maria Inês Rolim e Donaldson Magalhães Garschagen. Revisão Técnica de Stella Bresciani; Margareth Rago. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988 [1973]. Ver também: GENOVESE, Eugene. *Da rebelião à revolução*. Tradução de Carlos Eugênio M. Moura. São Paulo: Global Editora, 1983 [1979]. Sobre o autor, ver: EISENBERG, Peter. “A escravidão nas Américas: Genovese em português”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, n. 6, 1983, p. 123-128.

⁴⁸ KLEIN, Herbert S. “A experiência afro-americana numa perspectiva comparativa: a situação atual do debate sobre a escravidão nas Américas”. *Afro-Ásia*, Salvador, CEAO/ UFBA, n. 45, 2012, p. 95-121. No Brasil, não se deve esquecer o importante ensaio de LINHARES, Maria Yeda. L. Possibilidades da História Comparada no Brasil. A história agrária como uma experiência de pesquisa. In: CHEVITARESE, André L. (org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2002, p. 141-150.

e “variações concomitantes” de abordagens nos campos da economia e da historiografia, cuja interface mais eficaz tem sido a história econômica. Aqui não se trata de “comparar o incomparável”, mas se pode dizer que Celso Furtado e Ciro Flamarion Cardoso pensaram a dimensão social da história econômica em função de aprofundadas leituras da tradição marxista. Os dois foram profundamente críticos em relação às ortodoxias do campo marxista. O economista Celso Furtado se valeu do comparatismo historiográfico francês (cultura histórica francesa), especialmente do historiador Henri Pirenne (belga de origem). O historiador Ciro Flamarion Cardoso, embora conhecesse muito bem os metodologistas do comparatismo francês (Henri Pirenne e Marc Bloch) preferiu, por “razões eletivas”, os autores da história comparada norte-americana e caribenha (Eric Williams, Eugene Genovese, Herbert Klein). Não é possível afirmar que Celso Furtado simplesmente analisa a economia colonial (campo do economista) e que Ciro Flamarion Cardoso apenas narra o fato colonial (campo do historiador). Talvez seja mais convincente defender a ideia de que os dois trabalharam na interface de seus capitais culturais, a história econômica. Apenas por isso, já estaria justificada a experimentação metodológica de colocá-los em perspectiva. Ora, o método comparativo já admite “comparar o incomparável”.

Celso Furtado e Ciro Flamarion Cardoso aplicaram o método para comparar as colonizações europeias nas Américas a partir de três regionalidades específicas: América do Norte, América Latina e Caribe. O economista e o historiador tentaram isolar desses blocos o Brasil, a Martinica (uma das Antilhas francesas) e a Guiana Francesa e, em situações concretas, as colônias escravistas da América inglesa (o Sul profundo dos Estados Unidos). Sociedades que se desenvolveram historicamente desde, pelo menos, a Primeira Modernidade Atlântica – peguemos uma duração braudeliana, séculos XV-XVIII – nos quadros do “primeiro capitalismo” e da escravidão moderna. Eles aprofundaram duas categorias explicativas que, a rigor, definem as suas próprias escolhas comparatistas. O economista comparou as “cunhas capitalistas” no universo social da economia colonial e, depois, o caráter da nossa “revolução urbana e industrial” (atavismos coloniais no Brasil atual); o historiador também realizou abordagens nas formas históricas da economia colonial comparando, especialmente, as “brechas camponesas” nas sociedades escravistas das Américas (formas de trabalho conexas). Com efeito, foram maneiras criativas de, do ponto de vista dos métodos científicos, avançarem para além das ortodoxias econômicas e historiográficas. Na duração em que escrevo Celso Furtado e Ciro Flamarion Cardoso passam a figurar como autores clássicos, também, da história comparada, e as gerações futuras que se desvencilharem das escrófulas da nação têm muito a aprender com eles.



RESUMO

O presente artigo relata a historicidade do método comparativo experimentado no Brasil a partir das abordagens metodológicas do “economista” Celso Furtado e do historiador Ciro Flamarion Cardoso. O contexto histórico considerado, 1948-1991, em que os dois autores realizaram suas principais pesquisas e elaboraram sofisticadas reflexões teóricas, também não deixa de ser temporalidade da “história econômica” com o viés social característico dos estudos sobre capitalismo, escravidão e subdesenvolvimento. Colocar em perspectiva o pensamento de Celso Furtado e Ciro Flamarion Cardoso, a partir de suas opções metodológicas, visa contribuir para a reflexão da história comparada no Brasil contemporâneo. Aqui, assume-se a hipótese de que a rigorosa aplicação do método comparativo por Celso Furtado e Ciro Flamarion Cardoso ainda tem pouca visibilidade entre os seus comentadores. Também parece inegável que os dois autores, colocados em perspectiva, construíram e deixaram um legado para a história comparada.

Palavras Chave: História Econômica; Método Comparativo; Historiografia.

Artigo recebido em 03 set. 2013.
Aprovado em 20 out. 2013.

ABSTRACT

This article describes the comparative method history experienced in Brazil from the methodological approaches of the “Economist” Celso Furtado and historian Ciro Flamarion Cardoso. The historical context considered, 1948-1991, in which the two main authors conducted their research and developed sophisticated theoretical reflections, is also temporality of “economic history” with the social bias characteristic of studies on capitalism, slavery and underdevelopment. Put into perspective the thought of Celso Furtado and Flamarion Ciro Cardoso, from their methodological choices, aims at contributing to the reflection of comparative history in contemporary Brazil. Here, it is assumed the hypothesis that the strict application of the comparative method by Celso Furtado and Ciro Flamarion Cardoso still has poor visibility among their commentators. It also seems undeniable that the two authors, put into perspective, built and left a legacy to comparative history.

Keywords: Economic History; Comparative Method; Historiography.